

## **Memória e história oral: o Movimento Estudantil em Juiz de Fora (MG) no processo de redemocratização brasileira**

Gislene Edwiges de Lacerda\*

### **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo analisar o Movimento Estudantil da cidade de Juiz de Fora (MG) no período de 1974 a 1984 sob a perspectiva da história oral, realizando o resgate da memória do movimento através dos diferentes sujeitos históricos que o compuseram neste momento. Nesta pesquisa focamos na atuação do Movimento Estudantil no processo de redemocratização brasileira partindo de uma análise das lutas e relações internas do ME em JF buscando perceber como o mesmo encampava a luta nacional em prol da democracia em âmbito local. Realizamos uma reflexão sobre o sentido da memória como fonte histórica e sobre a construção da memória, buscando perceber de que forma ela se constitui uma possibilidade de interpretação de um determinado momento histórico e como ela se coloca como elemento essencial em nossa pesquisa.

**Palavras-chaves:** Movimento Estudantil, História Oral, memória, Juiz de Fora.

### **Abstract**

This work has the objective to analyze the Student's Movement in the city of Juiz de Fora (MG), in the period from 1974 to 1984 using the perspective of oral's history, realizing the redemption of the movement's memory through the different historic subjects that the compounded this movement. My focus in this research is in the acting of the student's movement on the process of the democracy's return in Brazil, analyzing the fights and the intern relationships of the Students' Movement in Juiz de Fora, trying to discover how the movement guided the national cause for democracy in the local ambit. There's a reflection about the meaning of Memory when it's a historic source and about the process of the Memory's construction, seeking to understand how its constitutes a possibility of interpretation of a determinate historical moment and how its puts itself as an element in my research.

**Key-words:** student movement, oral history, memory, Juiz de Fora.

### **Introdução**

Este artigo representa parte da pesquisa que se encontra em andamento desde o início do ano de 2008, objetivando a execução de uma dissertação de mestrado em História no PPGH da UFJF. Ressaltamos que este artigo não tem a pretensão de esgotar o assunto visto que apresenta suas limitações de uma pesquisa em construção, destarte, considero importante expor os caminhos percorridos e as discussões teóricas embrenhadas neste trabalho no tocante a utilização da memória como fonte histórica, através da metodologia de história oral.

---

<sup>1</sup> \* Mestranda - Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista - UFJF.

Esta pesquisa busca resgatar a história do movimento estudantil, em um *lócus* específico: a cidade de Juiz de Fora – MG, na segunda metade da década de 1970 a 1984. Com certeza há uma íntima ligação entre as ações locais e as lutas nacionais deste movimento num período de forte efervescência de diferentes movimentos sociais.

Visamos analisar o papel do Movimento Estudantil (ME) no processo de transição democrática brasileira, observando a sua influência nos âmbitos social e político, bem como as participações nas campanhas nacionais como a luta pela anistia, na composição dos novos partidos políticos e na luta pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Partindo de uma análise das lutas e relações internas do ME em JF buscamos perceber como o mesmo encampava a luta nacional em prol da democracia em âmbito local.

Este trabalho, portanto, apresenta três partes específicas: inicialmente abordaremos a metodologia de História oral, central nesta pesquisa, trazendo a discussão entre memória e história; em seguida apresentaremos a atuação estudantil em âmbito nacional no período proposto e por fim, analisaremos, a partir das fontes já coletadas, o ME de Juiz de Fora no processo de redemocratização brasileira.

## 1. Memória e História

O historiador que se lança a utilizar as memórias como fonte histórica se depara com o fato de que todas elas são produzidas no presente, sendo essas memórias contidas em um limite muito contemporâneo, levando o historiador a perceber os limites temporais em que estas se inserem. Destarte, não podemos falar de memórias individuais como fontes sem tocar na reflexão sobre a história do tempo presente.

Segundo René Remond,

*A reintegração do tempo presente faz varrer da visão da história os últimos vestígios do positivismo: o historiador do tempo presente sabe o quanto sua subjetividade é frágil, que seu papel não é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos, ele contribui para construí-los. (...) Uma vez que o historiador do tempo presente se confronta com a atualidade, seu olhar tem um raio relativamente curto: assim, ele está mais atento aos detalhes (...) mas o historiador do tempo presente evoca a importância da contingência e do fato: a história é feita de surpresas, mais de surpresas seguras que de ardis (1996: 208-209).*

Assim como Remond expressa que o raio que separa o historiador da atualidade é curto o que faz com que ele se torne mais atento aos detalhes, Chartier mostra o quanto é pequena a distância entre a compreensão que o historiador tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói (CHARTIER, 1996: 216).

Segundo François Bédarida, a busca pela verdade que define o historiador é

proveniente da interface entre os componentes do passado, tal como ele chega até eles, através de seus vestígios documentais, e é o historiador que é o responsável por o reconstruir, dando-lhe inteligibilidade, havendo necessariamente a correlação e reciprocidade entre o sujeito e o objetivo (1996: 222).

Chartier considera que a história do tempo presente manifesta de forma pertinente a aspiração à verdade que é inerente a todo trabalho do historiador. “A história do tempo presente, pela própria natureza de suas preocupações, permite reconhecer a historicidade fundamental das condições de produção e de validação do saber histórico, atrelando nosso ofício à exigência de conhecimento verdadeiro que o fundamenta” (1996: 218).

Contudo a história do tempo presente aponta a um desafio central que consiste em relacionar presente e passado, estabelecendo as definições de tempo de um passado recente. O passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele. Segundo Henry Rousso, a memória interessou aos historiadores do tempo presente por apontar para uma solução para o problema já que para o autor, a memória em seu sentido essencial da palavra é a presença do passado. Para Henry Rousso,

*A memória (...) é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma ela constituiu – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1996: 94).*

A memória individual, portanto apresenta um caráter coletivo, uma representação do passado a partir de um indivíduo que é compartilhada nos mesmos termos por toda uma coletividade. Segundo Michael Pollak (1989: 5), Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”.

Peter Burke, ao também citar Halbwachs, mostra que este fez uma incisiva distinção entre memória coletiva, que era uma construção social, e a história escrita, por ele considerada – à maneira tradicional – objetiva. Halbwachs tratou, portanto, a memória como produto de grupos sociais.

Henry Rousso apresenta, no entanto, um ponto importante a ser destacado com relação à memória. Segundo ele, um indivíduo quer fale espontaneamente sobre seu passado e sua experiência, quer seja interrogado por um historiador, não falará senão do presente, com as

palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade (1996: 98). Porém isto não faz com que a função de testemunha seja vista diferentemente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral, cabendo ter para com ela as mesmas precauções que com as demais fontes.

De sua parte, Robert Frank afirma que,

*A fonte escrita, bem como a oral, é fonte construída e não é livre e não há pureza específica da fonte escrita. (...) Memória como fonte para o historiador é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de erros, de mitos, de mitologias e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmistificar. (...) (1999: 105).*

Para Peter Burke, os historiadores devem se interessar pela memória a partir de dois pontos de vista. Primeiramente, precisa estudar a memória como uma fonte histórica, “elaborando uma crítica da confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos”. O outro ponto levantado por Burke é que os historiadores apresentam interesse pela memória como fenômeno histórico; pelo que se poderia chamar de história social do lembrar. Entretanto, salienta Burke, considerando que a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou grupo pra grupo, e como mudam com o passar do tempo. “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade” (BURKE, Peter: 2000: 73).

*Experiências de vida singulares podem se tornar paradigmas de experiências coletivas e de valores e hábitos de conjunturas e épocas. Com certeza, mediante essas experiências, específicas, podem-se resgatar diferentes memórias sob diferentes óticas. Pelos depoimentos orais, atores sociais distintos podem se manifestar sobre o mesmo processo ou acontecimento (DELGADO, 2006: 18).*

Nesta pesquisa valho-me da utilização da memória como fonte histórica central. A metodologia de História Oral representa uma opção para o resgate da memória dos indivíduos tiveram a vivência da militância política estudantil na transição democrática brasileira e que assim, trazem à tona a complexidade desse momento onde o registro dessa memória coletiva encontra-se na convergência das memórias individuais.

A história oral é que vai aproximar-se da memória e olhá-la como fonte histórica. Segundo Verena Alberti define a história oral como

*(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990: 18).*

Optei pela utilização da história oral temática, que não possui um roteiro de entrevista fechado e segundo Meihy se constitui como uma entrevista direta e não diretiva através de perguntas amplas que funcionem como geradoras do tema por ele abordado. Atribuo atenção à história de vida desses militantes onde pude resgatar através de seus relatos orais as origens anteriores à militância estudantil, a atuação político-estudantil, as razões que os levaram a se aproximar de uma determinada tendência no ME, bem como resgatar a trajetória posterior, percebendo as continuidades e rupturas.

## **2. O movimento estudantil no processo de redemocratização brasileira**

O processo de redemocratização política apresentava dois lados. Primeiramente o projeto de abertura vindo do próprio regime militar com a presidência de Geisel e de outro lado a atuação dos movimentos sociais, de esquerda e demais grupos da sociedade civil. Nesta fase o movimento estudantil teve papel central. Foram os estudantes que puxaram as primeiras manifestações de rua e imprimiram a luta pelas liberdades democráticas um radicalismo que - sem os estudantes - ela dificilmente teria (ARAUJO, 2007: 213).

Neste período o movimento estudantil apresentava uma pauta de lutas dupla: por um lado lutava seguindo orientações de grupos de esquerda que nele atuavam, pelas liberdades democráticas no país, por outro lado, lutavam pela reconstrução da UNE, sua entidade representativa que havia sido desmantelada totalmente após o desaparecimento de Hernestino Guimarães, seu último presidente, em 1973.

Com o intuito de reorganizar o movimento estudantil e restabelecer a UNE, os estudantes realizaram vários Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs). Contudo o ano de 1977 foi o ano que marcou de forma definitiva o retorno das lutas do movimento estudantil. O ME voltou às ruas realizando manifestações e seguiu um caminho importante que o levaria a reconstrução da UNE.

Com o intuito de reconstruir a UNE, os estudantes, em 1977, realizaram três versões do III ENE: Em Belo Horizonte-MG e duas em São Paulo, na USP e na PUC. Após dura repressão em BH-MG, os estudantes programaram e realizaram na USP após burlar os militares o seu Encontro Nacional dos Estudantes.

Os estudantes também participaram ativamente da luta pela anistia política. Esta luta congregou diferentes setores da sociedade e diferentes forças políticas contra a ditadura. Os estudantes atuaram no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o principal órgão de luta pela anistia, criado pelo movimento popular. A lei da Anistia foi promulgada em agosto de 1979, era uma anistia recíproca, que impedia a punição dos torturados, no entanto permitiu que

muitos militantes que estavam exilados pudessem retornar ao Brasil depois de anos no exterior e pudesse assim, retornar à vida pública. Estas pessoas voltavam cheias de novas idéias sobre política e comportamentos.

Em fevereiro de 1980, foi fundado oficialmente o Partido dos Trabalhadores, que congregava diversas forças políticas e diferentes expressões da luta contra a ditadura militar, como abordamos no item dois deste capítulo. Dentre estes grupos estava a forte presença do Movimento Estudantil. Contudo, o novo partido que nasceu das lutas sindicais do ABC paulista suscitou um vivo debate no interior dos partidos e organizações de esquerda, que transbordou para as tendências do movimento estudantil.

Após a realização do III ENE, onde foi criada a Comissão nacional Pró-UNE, o próximo passo do movimento estudantil foi realizar um congresso para, efetivamente, reconstruir a entidade representativa dos estudantes. O congresso foi realizado em maio de 1979, em Salvador, era o XXXI Congresso da entidade.

No congresso houve um momento de forte tensão quando aconteceu um atentado com bombas que deixou o salão do Centro de Convenções às escuras. Foram lançadas bombas de pó químico e a energia elétrica foi cortada. O salão ficou totalmente às escuras. Ruy Cesar em seu depoimento, diz que resolveu organizar um coro de 100 pessoas e pediu a elas que repetissem, palavra por palavra o que ele dizia.

Flavio Cheker<sup>2</sup>, militante do Movimento estudantil em Juiz de Fora – MG, esteve presente no congresso de Salvador e relata essa passagem.

*(...) o congresso foi sendo realizado, entrou noite adentro, e lá pelas tantas, apagaram a luz, então deu aquele black-out (...) a mesa improvisou um coro que foi uma coisa emocionante ou seja, alguém da mesa falava e um coro composto por uns cinquenta – sessenta estudantes repetia aquilo em coro e então potencializava a voz e todo mundo ouvia, e aí foi dando então aquele sentimento de unidade, todo mundo se manteve e outro episódio interessante é que jogaram parece que vidro moído e ventava muito e aquilo entrava no olho das pessoas, mas felizmente não houve nada além disso sabe, então tenho até lembranças muito emocionantes desse congresso, e foi fundamental exatamente porque a partir daí a UNE saiu da sua condição de ilegalidade, pelo menos ela se institucionalizou a partir daí.*

Em 29 de maio de 1979, através de uma votação formal durante o Congresso de Salvador, a UNE foi reconstruída. No congresso decidiu-se pela realização de eleições diretas para a diretoria da entidade e para encaminhar as eleições foi tirada uma diretoria provisória. No mês de outubro foram realizadas as eleições por voto direto em todo o país. Ruy Cesar, candidato a presidência da entidade pela coligação que envolveu o MR-8, a APML e o PC do B foi vitorioso e se tornou o primeiro presidente da UNE após a sua reconstrução.

---

<sup>2</sup> Flavio Procópio Cheker. Entrevista realizada em 06/04/2006.

### 3. O movimento estudantil em Juiz de Fora;

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada por decreto do governo federal, quando o presidente era Juscelino Kubitschek, em dezembro de 1960, através da união de cinco escolas particulares da cidade. Os remanescentes que temos da atuação de um movimento estudantil organizado em Juiz de Fora, anteriormente à criação da Universidade Federal, remontam apenas da atuação dos Diretórios Acadêmicos principalmente os de Engenharia (1925) e Medicina.

O movimento estudantil caminhou na tentativa de se organizar dentro do espaço da Universidade. Não foi possível precisar a data de fundação do Diretório Central dos Estudantes da UFJF, mas sabemos que em 1968 ele já estava funcionando como entidade organizada em torno da luta pelos interesses dos estudantes e tinha como seu presidente o então acadêmico Renê Gonçalves de Matos.

Eram intensas as disputas internas pela direção do DCE da UFJF, sempre apresentando propostas diferentes e permeadas de ideologias diferentes. Ao falar sobre essas disputas entre as tendências o militante Luiz Antonio pôde nos relatar que,

*era muito disputada, aqui tinham particularmente dois grupos um era um que o Ignácio liderava, chamava Estratégia, que era um grupo radical mais a esquerda, eu era de um outro grupo quem liderava naquela época era o Pestana e era um grupo mais leninista, então era um grupo mais trotskista e um mais leninista, esse grupo leninista sempre se unia com o grupo stalinista então a gente sempre conseguia maioria (...) o movimento estudantil nesse momento tinha um discurso muito denso, que todo mundo era basicamente marxista, então os militantes mais de frente tinham que conhecer mesmo Marx, então o debate meio que você ganhava pelo conhecimento que você tinha do Marx (...)<sup>3</sup>.*

Sobre as tendências, Flavio Cheker, militante da tendência Estratégia que foi presidente do DCE na gestão 1979 a 1980, mostrava que sua tendência

*foi um grupo no ME muito forte com ramificações em BH, Rio Grande do Sul, era um grupo de orientação na macro política, era um grupo de orientação mais trotskista e teve muita presença em JF, eu me lembro que aqui a gente se reunia dezenas, talvez centenas de estudantes pra discutir textos sabe, pra tentar subsidiar nossa atuação prática com fundamentação teórica, então discutíamos muito a formação do capitalismo brasileiro, a questão da política do ponto de vista das opções que ela apresentava ao movimento de massa, procurávamos entender a própria natureza do regime militar e era ótimo, esses cadernos a gente encontra até hoje, esses cadernos de textos da Estratégia e esse grupo político é que foi responsável pela disputa do DCE quando a gente ganhou.*

Como forma de difusão de suas propostas políticas de luta pela democracia, utilizou-se intensamente da cultura, fazendo dela um artefato político. Educação para o desenvolvimento e cultura para a libertação. Esse era o tema básico adotado pelo DCE<sup>4</sup>. A cultura foi vista

<sup>3</sup> Luiz Antonio do Vale Arantes. Entrevista realizada no dia 31 de março de 2006.

<sup>4</sup> Diário Mercantil de 25 de junho de 1974. p 08

como algo sério e necessário ao estudante e chegou até mesmo a investir na aquisição de um sistema “off set” que facilitaria o acesso à “publicação” da cultura e ainda mais, favorecia a divulgação das idéias políticas através da impressão de panfletos e cartazes, essa gráfica adquirida nesse ano significou muito para o movimento. A gráfica significava uma independência e uma capacidade de produzir seu próprio material e permitir que outros movimentos sociais e sindicatos tivessem como confeccionar seu material e contribuir para a democracia, a gráfica do DCE tornou-se uma gráfica que atuava contra o regime imposto na época. Jorge Sanglar, militante do ME na década de 1970, diz que,

*a gente sabia que não adiantava mudar a universidade, não tinha movimento de professores organizado nem de funcionários organizados, o único canal de expressão que essa universidade tinha era o Som Aberto, a gráfica do DCE; o que aquela gráfica produziu para a democracia em Juiz de Fora é assustador, vocês não sabe o que representava ter uma gráfica contra um sistema repressor (...)*<sup>5</sup>.

O Som Aberto era realizado toda semana no anfiteatro do ICBG no campus onde os alunos podiam mostrar sua arte. Segundo José Pimenta, que foi presidente do DCE na gestão de 1977 a 1978: “toda aquela atividade cultural que a gente tinha, era mais ou menos uma atividade de resistência dentro daquele período de censura”<sup>6</sup>.

Sendo assim, os militantes dessa época, por um reflexo também do seu período, entram num movimento de incentivar a cultura e de atrelá-la ao ideal político, utilizando sempre dela para contestar o regime e das oportunidades que ela também concedia para realizar seus discursos em favor das liberdades democráticas e dos interesses dos estudantes. A cultura se tornou um importante aliado nessa busca da democracia na qual o movimento estudantil estava envolvido.

A memória estudantil dos militantes deste período histórico apresenta a interpretação de que sua atuação foi de extrema importância para o cenário nacional. “O sonho de 1968, a nossa geração queria reviver preenchendo esse vácuo, foi uma geração que enfrentou o regime e que abriu as portas para a anistia, para a Constituinte, enfim para a democracia”. Era como Pestana, que foi presidente do DCE no período de outubro de 1981 a maio de 1983, compreende sua geração, visão que se constitui uma memória coletiva.

Assim, mostravam-se sempre preocupados em fazer a ligação entre as lutas locais e as lutas de âmbito político nacional. Segundo Flávio Cheker,

*A gente sempre procurou a fazer esse pulo do gato, eu me lembro que todas as palavras de ordem estudantis terminavam invariavelmente com o “Pelos liberdades democráticas e abaixo a ditadura”, então não tinha luta estudantil que não se vinculasse a lutas mais gerais, da sociedade, sobretudo na época era essa*

<sup>5</sup> Depoimento de Sanglar durante o debate sobre ME no dia 09 de maio.

<sup>6</sup> Depoimento de José Pimenta durante o Vídeo produzido para a exposição Memória e Movimento.

*pelas liberdades democráticas, depois a gente entrou com a convocação de uma constituinte, plena, soberana e aí, com o abaixo a ditadura, então isso era constante, era palavra de ordem constante, agora certamente as manifestações mais concorridas eram aquelas que tocavam diretamente ao interesse estudantil.*

Destarte a participação dos estudantes extrapolou os muros da UFJF, e participaram ativamente de campanhas nacionais como a luta pela anistia política. Flávio Cheker diz que:

*ajudei a fundar o comitê da anistia e militamos nele, e o movimento luta é pela anistia foi um momento da luta mais geral no Brasil e foi fantástica, foi essencial por fim da ditadura, quer dizer, serviu não só concretamente a volta pelos exilados, a anistia mesmo pelos perseguidos pela ditadura, mas ele foi um momento de luta fundamental, eu me lembro que aqui uns companheiros foram presos numa madrugada pela policia federal quando pregavam nas ruas de JF um cartaz que trazia um retrato de Tiradentes, foto é boa um desenho de Tiradentes, e que em baixo estava escrito assim, “esse homem foi condenado como um terrorista, a história o absolveu, por uma anistia ampla, geral e irrestrita” então esses companheiros foram presos numa madrugada pregando aqueles cartazes e aquilo teve toda uma reação social a essa prisão, quer dizer, cumpriu uma função de luta política contra o regime muito grande a luta pela anistia, além é claro de todo seu conteúdo humanitário, todo seu conteúdo de trazer de volta mesmo todos que se foram e que puderam ser trazidos de volta, porque muitos se foram e morreram, e não puderam ser trazidos de volta.*

Alguns militantes do ME de JF estiveram presentes na fundação do Partido dos Trabalhadores por entenderem na época que o PT era realmente a grande idéia de partido nascido da base e que tinha uma proposta nacional popular com a proposta de um governo voltado para a maioria da população brasileira.

*no primeiro debate público que a gente fez aqui sobre o PT, (...), e isso foi em 79 – 80, e foi a partir daí que nós nos engajamos na fundação do PT em contato com essas lideranças operárias entendíamos que era realmente a grande proposta de um partido de massa, nascido na base, e com uma proposta nacional popular, quer dizer, uma proposta nacional popular, uma proposta de fato, de fazer um governo voltado para a maioria da população brasileira e que ao mesmo tempo pudesse romper com esse esquema perverso, sobretudo com o regime militar, com o poço de capital estrangeiro e tudo, mas enfim, é, eu tive a felicidade de ser um dos fundadores nacionais do PT, o PT foi fundado dia 10 de fevereiro de 1980 (...) em São Paulo e JF saiu um grupo de cinco pessoas, e eu era um dos cinco, e eu assinei a ata de fundação do PT em 80, e desde então nunca larguei e várias pessoas do movimento estudantil estiveram comigo também nesse movimento de fundação e de implantação do PT. (...)*

Com esse movimento de criação de partidos, o ME também se partidariou. A partir de então, as tendências ficaram ainda mais nítidas e os partidos políticos começaram a dar a forma de atuação dessas tendências. No caso do PT, militantes de diferentes tendências estavam presentes na sua fundação. Em Juiz de Fora, pudemos ver tendências completamente rivais nas disputas locais, mais próximas no início de 1980, devido ao ideal trazido pelo Partido dos Trabalhadores.

Com isso o movimento estudantil passa a ter uma atuação mais partidária e mais envolvida com a queda da ditadura militar e assim, com a fixação do sistema democrático

brasileiro participando posteriormente de campanhas como pelas “Diretas Já”. No âmbito local seguiu sua atuação voltada pelo interesse dos estudantes com a disputa sempre presente entre as forças políticas.

### **Conclusão**

Este artigo demonstrou uma pequena amostra do que consiste minha pesquisa de mestrado e teve por pretensão apenas apresentar de uma forma simples a discussão sobre memória e história, trazendo a tona nossa opção pela história oral como metodologia de trabalho e apresentar as possibilidades que este método nos possibilita como historiadores.

Realizamos uma pequena amostra de nossas fontes, utilizando-as para apresentar um recorte micro de nossa pesquisa mais ampla, de forma a trazer a tona as memórias individuais que se transformam em memória coletiva após serem analisadas e assim aplicá-las como significativas fontes de pesquisa histórica. A história oral nos abre um leque de interpretações, possibilidades e dados que serão aprimorados ao longo de nosso trabalho final.

Portanto, a metodologia de história oral serviu como uma opção em nosso trabalho para trabalhar a história do movimento estudantil de Juiz de Fora (MG) no período de transição democrática brasileira. Vozes que foram silenciadas ao longo dos duros anos da ditadura e que encontram na memória dos estudantes seu registro mais significativo. Esta pesquisa como ainda está em processo de andamento, apresentará futuramente conclusões mais efetivas com relação ao Movimento Estudantil no contexto estudado.

### **Bibliografia**

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. RJ: Editora FGV, 1990. p.18.
- ARAÚJO, Maria Paula N.. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In.: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 219 - 233.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In.: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.
- DELGADO Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In.: TÉTARD, A. Ph. (org.) *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. cap 7.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Ed Loyola, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

RÉMOND, R.. Algumas questões de alcance geral à guisa de instrução. In.: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 208 – 209.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

REIS, Daniel Aarão e MOTTA, Marcelo Ridenti (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. SP: EDUSC, 2004.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In.: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996, p.93 – 102).

SANTANA, Flávia de Angelis. *A atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. Dissertação de mestrado apresentada à USP, 2007.